



A cara do poder está mudando

Há dois meses das eleições municipais que elegerão os novos prefeitos e vereadores, as mulheres se mobilizam para ocupar espaço no cenário político. Entre as 110 mil mulheres candidatas que devem concorrer às eleições de 3 de outubro, estão sete deputadas federais e uma senadora que, no Congresso Nacional, já se empenham para defender as questões ligadas aos direitos das mulheres, e agora vão tentar a reeleição.

A Bancada Feminina como um todo está na dianteira da Campanha Mulheres Sem Medo do Poder. No último dia 10 elas lançaram no Salão Negro do Congresso a Cartilha para as candidatas à vereadora.

Ana Alice Alcântara, em artigo publicado nesta edição, afirma: "apesar do quadro de dominação e controle ao qual esta submetida a maioria das mulheres, elas começam a dar mostras de significativas transformações a nível de mentalidade, compromissos e prática política. A possibilidade do exercício de uma atividade pública trouxe para muitas delas a consciência de suas possibilidades e potencialidades e de um novo mundo a descobrir. Uma consciência que, se bem está dando seus primeiros passos, já vislumbra a possibilidade de grandes mudanças". (pág. 9)



3 Serviço Civil

10 Mercosul

12 Tráfico de Mulheres

Mulheres latino-americanas articulam-se

Organizações não-governamentais de toda a América Latina e Caribe estiveram reunidas na cidade de Mérida, no México, para discutir a implementação da Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial da Mulher.

A coordenadora de ONG's da América Latina e do Caribe, Gina Vargas, abrindo os debates, enfatizou a urgência de definir claramente uma agenda feminista pós-Beijing.

Uma boa parte da reunião foi dedicada às articulações regionais. Representantes de ONG's dos países do Cone Sul e Brasil aproveitaram para discutir a participação das mulheres no Mercosul. (pág. 9)

Relatora da ONU visita Congresso

Radhika Coomaraswamy, Relatora Especial da Comissão de Direitos Humanos sobre Violência contra a Mulher, da Organização das Nações Unidas (ONU), esteve em audiência pública na Câmara dos Deputados. A representante das Nações Unidas explicou aos parlamentares quais eram os objetivos do relatório e ouviu atentamente a exposição de deputados e deputadas com relação ao tema.

Radhika insistiu que veio aprender e não ensinar ou dar lição. "Para mim o Brasil é fascinante em termos de violência. As mulheres têm ampliado sua participação com iniciativas interessantes como delegacias, Conselhos Femininos, CPIs, Projetos de Lei e um movimento significativo de Organizações Não Governamentais (ONGs) que têm o tema do combate à violência como fundamental". (pág. 2)

Editorial

Agosto inicia-se e o Congresso retoma também suas atividades, entretanto, há praticamente dois meses da eleição, é certo que este segundo semestre vai ser curto no Legislativo, por causa das eleições.

O tempo dos congressistas em Brasília deve ser "otimizado", ou seja, a pauta será restrita aos itens considerados prioritários. O desafio das mulheres neste contexto é assegurar que seja dispensado tratamento prioritário aos temas de interesse do movimento.

O ministro dos Assuntos Políticos, Luiz Carlos Santos e o Presidente da Câmara, Luiz Eduardo Magalhães, juntamente com os líderes dos partidos que apóiam o governo, já concluíram que só resta o mês de agosto para realizar as votações importantes, e que em setembro haverá um recesso branco. A expectativa deles é que sejam votados os projetos de regulamentação da navegação de cabotagem e do CPMF, e não confiam sequer que seja possível levar à Plenário as reformas administrativa, tributária e da previdência.

Como se pode ver por esta pauta, os vetos ao planejamento familiar não passam nem de longe pela agenda deste semestre, mas sabemos que desde fevereiro, em diferentes reuniões com a Bancada Feminina e com representantes das organizações de mulheres, os Presidentes da Câmara e do Senado comprometeram-se a colocar em votação os vetos ao planejamento familiar.

É hora, portanto, de o movimento de mulheres e a Bancada Feminina se mobilizarem para a inclusão deste item na pauta de prioridades. Afinal, depois de outubro, vem novembro e com ele o segundo turno, e ninguém quer "comemorar" o primeiro aniversário do "erro técnico" do Presidente FHC, que resultou nos vetos ao projeto de lei sobre o planejamento familiar.

ONU elabora relatório sobre a violência contra a mulher

Esteve em visita ao Brasil, Radhika Coomaraswamy, Relatora Especial da Comissão de Direitos Humanos sobre Violência contra a Mulher, da Organização das Nações Unidas (ONU). Em sua extensa agenda em Brasília, estavam uma reunião no CFEMEA, e audiência pública em 17 de julho, na Câmara dos Deputados, à convite da Comissão de Direitos Humanos e da Bancada Feminina.

Nesta oportunidade Radhika expôs as dificuldades para a criação da Relatoria Especial no interior da Comissão de Direitos Humanos. Para ela, a Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena'93) e a IV Conferência Mundial da Mulher, além da pressão do movimento feminista internacional, foram fatores decisivos para que esta relatoria fosse efetivamente criada.

Uma das funções da Relatora é a visita à diferentes países do mundo, coletando dados sobre a maneira como se estruturam as formas de violência contra a mulher e as ações viabilizadas e propostas para combatê-la. A outra função é escrever o Relatório propriamente dito. Radhika insistiu que veio aprender e não ensinar ou dar lição: "*Quero saber o que o Brasil faz*".

Com uma presença bastante significativa de deputados e deputadas, além da Senadora Emília Fernandes, a reunião transcorreu com os parlamentares repassando informações sobre a situação do Brasil quanto a violência contra a mulher e as ações que vêm sendo de-

envolvidas.

Radhika falou de algumas medidas bastante efetivas levadas a efeito em outros países, como por exemplo as casas de abrigo. Citou a experiência da Malásia, onde os hospitais centralizam os atendimentos no combate à violência contra a mulher, tendo em sua equipe além de médicos, policiais, psicólogos e advogados.

Chamando a atenção para os limites de atuação prática da ONU, destacou, mais uma vez, a importância de as Nações Unidas terem reconhecido que a violência no lar é uma violência contra os direitos humanos. "*Pela primeira vez a ação de um indivíduo pode ser escrutínio por parte da comunidade internacional*". Para ela, a possibilidade do Estado ser responsabilizado pela prevenção e punição da violência contra a mulher introduz um conceito novo no Direito Internacional.

Como exemplo de atuação possível, citou a Legislação Modelo sobre a Violência contra a Mulher, documento elaborado tendo por base a legislação sobre o tema existente em diferentes países do mundo. E falou do seu sonho: a criação de uma Corte Internacional de Direitos Humanos.

Como resultado da reunião, veio a proposta de se fazer uma discussão da Legislação Modelo sobre Violência contra a Mulher, e a sugestão de pronunciamento da Comissão de Direitos Humanos em apoio à constituição da Corte Internacional de Direitos Humanos.

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA

SCN, Ed. Venâncio 3000, Bl. "A" sala 602 .70718-900 Brasília, DF - Telefone: (061) 225-1664 Fax: (061) 225-2336 E-mail: cfemea@ax.ibase.org.br

Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA

Equipe responsável: Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortês, Maló Ligocki e Marlene Libardoni.

Conselho Consultivo: Parlamentares: Deputada Jandira Feghalli, Marilu Guimarães, Rita Camata, Sandra Starling, Socorro Gomes e Zulaiê Cobra. Deputados José Genoíno e Nelson Jobim. Senadoras: Benedita da Silva e Marluce Pinto. **Feministas:** Dóris Louise de Castro Neves, Florisa Verucci, Gilse Conzenza, Heleith Saffioti, Lídice da Mata, Luci Choinacki, Maranh Régia, Maria Berenice Godinho Delgado,

Maria Bethânia de Melo Ávila, Maria Luiza Fontenele, Maria Tereza Augusti, Rosiska Darcy de Oliveira, Sílvia Pimentel e Sueli Carneiro.

Comitê de Especialistas: Ana Maria Costa, Dóris Louise de Castro Neves, Eleonora Menecucci de Oliveira, Elizabeth Garcez, Florisa Verucci, Isabel Grein, Leilah Borges da Costa, Márcia Camargo, Maria do Carmo Menezes, Maria do Socorro Jó Moraes, Paola Capelin Giuliane, Sarah Sorrentino, Sílvia Pimentel, Sônia Corrêa e Sueli Carneiro.

Conselho Editorial: Guacira Oliveira, Gilda Cabral e Marlene Libardoni

Fotos: Arquivo CFEMEA

Composição e Arte Final: Adriano Fernandez Cavalcante
Impressão: Gráfica e Editora Formato - Brasília-DF/Goiânia-GO
Apoio: Fundação Ford, Fundação MacArthur, NOVIB, UNIFEM e FNUAP.

A polêmica em torno do Serviço Civil

A proposta do governo federal que cria o serviço civil obrigatório, inclusive para mulheres e religiosos, vai ser analisada por uma comissão especial da Câmara dos Deputados no segundo semestre, que certamente deverá ouvir vários setores da sociedade antes de se posicionar sobre a proposta. Ela terá que ser aprovada por três quintos da Câmara, em dois turnos, e três quintos do Senado, também em duas votações. A proposta de emenda constitucional (PEC) foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJR) da Câmara em meados de julho, por 21 votos a 7.

Enquanto a Câmara discute a proposta do governo, tramita no Senado a PEC 32/96, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), de teor quase idêntico.

As propostas já geram polêmica entre os parlamentares porque vários deputados que integram a CCJR são contra a obrigatoriedade do serviço civil. A proposta do Executivo também colocou em debate a obrigatoriedade do serviço militar, questionado por vários deputados.

Segundo o deputado José Genoíno (PT-SP), relator da proposta na CCJR, a maior pressão contra a obrigatoriedade do serviço vem dos partidos conservadores. Genoíno defende a obrigatoriedade alegando que o serviço civil só será cumprido se for uma exigência do Estado. Na comissão especial que analisará o assunto, o deputado pretende apresentar uma emenda que torna obrigatório o serviço civil, e voluntário o serviço militar.

O deputado propõe também que sejam selecionados para o serviço civil, prioritariamente, as pessoas que estudaram em escolas públicas e que já concluíram a faculdade. Para Genoíno, essa é a contrapartida que os estudantes de escolas públicas devem dar à sociedade que, em última instância, banca o ensino gratuito com o pagamento de impostos.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, mentor

da proposta do Executivo, já se posicionou contra a obrigatoriedade do serviço civil. O Conselho defende que somente a convocação seja obrigatória, oportunidade em que a mulher jovem teria "um encontro com a cidadania", e permitiria ainda um mapeamento da sua situação de saúde, educação etc - o que em relação aos homens já é feito quando do alistamento militar. Os convocados receberiam informações, teriam aulas e assistiriam palestras sobre temas relacionados à cidadania. A prestação do serviço seria voluntária.



mulher/fempres n° 148/149

Segundo a proposta do governo que cria o serviço civil obrigatório, todos as mulheres que completarem 18 anos devem se alistar no serviço civil. Os homens que se recusarem a prestar o serviço militar por razões religiosas ou morais, como atualmente prevê a lei, também estarão automaticamente à disposição do serviço civil. Calcula-se que em 1994, somente 80 mil dos 1,3 milhão de homens alistados prestaram serviço militar.

Ambas as propostas - a do governo e a do Senador Antonio Carlos Magalhães - tratam apenas da criação do serviço civil obrigatório. Como ele vai funcionar, deverá ser objeto de um projeto de lei complementar a ser apresentado posteriormente, caso uma destas propostas de emenda constitucional venha ser aprovada.

Entretanto, o debate em torno da questão já está transcorrendo. Segundo a proposta que vem sendo elaborada pelo Ministério da Justiça, os convocados para o serviço civil trabalharão quatro horas por semana, no mínimo, durante seis meses, recebendo um salário mínimo por mês. Os agentes da cidadania, como serão chamados os convocados, trabalharão junto às comunidades carentes na difusão dos direitos humanos e no fortalecimento da organização social, e poderão prestar serviço em hospitais, creches e escolas públicas. Será selecionado, preferencialmente, quem tiver 1º grau completo, dispor de, pelo menos, quatro horas para trabalhar e esteja identificado com a comunidade. Durante o período de treinamento, os convocados terão lições sobre direitos humanos, ética, direitos do consumidor, defesa civil, serviços públicos e direitos civis, por meio de vídeos, palestras e integração ensino-trabalho.

No que se refere à convocação de mulheres para o serviço civil, algumas questões já vêm sendo levantadas: ao contrário dos homens, que aos dezoito anos, na sua maioria estão disponíveis para o mercado de trabalho, é comum entre as mulheres nesta faixa etária a realização de atividades não-remuneradas, especialmente tarefas domésticas e cuidado com as crianças, o que permite a liberação de outras mulheres da família, com mais idade, para o exercício de trabalho remunerado. O impacto da convocação destas jovens sobre os grupos de baixa-renda, portanto, pode ser considerável, e os resultados a serem obtidos devem compensar o investimento.

Os chamados serviços comunitários não são novidade para as mulheres. Além de serem as responsáveis pela "seguridade social doméstica", são elas que compõem a maioria dos militantes em associações comunitárias, organizações populares e instituições assistenciais, onde muitas vezes desempenham papéis tradicionalmente femininos.

Aborto: no limite da legalidade

O aborto é um problema de saúde pública. Possíveis soluções para reduzir a sua ocorrência permanecem encobertas pelo silêncio da sociedade.

Ana Maria Monteiro de Castro *
Maria Cristina Boaretto **

O aborto é um tema de difícil enfrentamento, que vem encontrando resistência até mesmo nas tentativas de abrir espaços para discussão na sociedade, o que contribui para agravar um problema que afeta a saúde feminina. Neste contexto de velamento, é reforçada uma postura ético-moral diante de uma questão basicamente de saúde e assim, possíveis soluções para diminuir a ocorrência deste agravo permanecem encobertas pelo silêncio da sociedade.

Uma administração pública que priorize, verdadeiramente, a saúde da mulher não pode esquivar-se de enfrentar o tema, situando-o dentro da discussão sobre o livre exercício de fecundidade e saúde reprodutiva. Somente a magnitude dos óbitos por aborto justificam a decisão de priorizá-lo, como um ato de responsabilidade pública e política. Na década de 80, algumas pesquisas já evidenciaram a magnitude

deste agravo no país, apontando o aborto ilegal como a principal causa de morte materna¹ decorrente de infecção, que é a terceira causa de morte materna. A morte destas mulheres denuncia, pelo menos, uma falha no sistema de saúde: uma insuficiência na oferta do planejamento familiar que poderia evitar, senão todos, uma parcela significativa de casos de gravidez indesejada.

Por outro lado, as mulheres que morrem em decorrência de um aborto provocado desenham um perfil de mulheres de baixa renda, que por não poderem pagar serviços clandestinos de "boa qualidade", acabam recorrendo a práticas muito mais arriscadas em condições de maior precariedade, conduzindo-as ao óbito. Evidencia a perversidade de uma lei, que além de não coibir a prática do aborto, condena à morte as mulheres pobres que, em uma decisão limite, acabam por praticá-lo.

A presença de feministas em cargos estratégicos dentro da atual gestão da Secretaria Municipal de

Saúde da cidade do Rio de Janeiro facilitou a priorização global das questões relativas à saúde da mulher, mantendo a preocupação de transformar em ações as orientações preconizadas pelo Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. A implementação do PAISM, em todos os níveis, tem sido uma meta permanente desta gestão.

Dentro desta lógica, tem sido possível atuar preventivamente na questão do aborto implantando ações de contracepção em toda a rede básica de saúde e nos PAISM's, atualmente municipalizados. Ao todo, 60 unidades desenvolvem em sua rotina atividades de contracepção, garantindo um atendimento de qualidade centrado em dinâmicas de grupo que propiciam discussões relativas à saúde reprodutiva, sexualidade e métodos de evitar uma gravidez sem prejuízo



¹ mortes ocorridas no período da gravidez, parto e até 42 dias após o parto, excluídos os casos de mortes por causas acidentais ou incidentais, isto é, que não guardam relação com o ciclo gravídico-puerperal.

Interrupção da gravidez - dois projetos novos

Há dois novos projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados que tratam da questão do aborto. Um deles autoriza a interrupção da gravidez quando constatadas anomalias fetais graves, e o outro permite a recusa ao abortamento pelos profissionais da área médica.

Anomalia fetal - O primeiro deles (PL 1156/96), de autoria da Deputada Marta Suplicy (PT-SP) permite o aborto quando o feto não apresentar condições de sobrevivência em decorrência de malformação ou de doença degenerativa incurável.

A parlamentar explica que, de 1940 - data da última revisão do Código Penal - para cá a medicina fetal evoluiu muito. Já há métodos bastante modernos que permitem avaliar com precisão as condições do embrião. A margem de erro destes exames é de 1/1000.

"Para muitas mulheres, levar a cabo uma gravidez sem qualquer chance de vida do embrião é uma verdadeira tortura", afirma a deputada. E é necessário utilizar das técnicas disponíveis de diagnóstico para oferecer às gestantes a opção de manter ou não estas gravidezes.

O Poder Judiciário já emitiu mais de 350 alvarás autorizando os médicos a interromperem gravidezes em caso de graves anomalias fetais. O Conselho Federal de Medicina, em 1990, também já se posicionou sobre o assunto, tendo inclusive elaborado um ante-projeto de lei tratando da questão, de teor semelhante a este que a Deputada Marta Suplicy apresentou à Câmara.

Recusa ao abortamento - É de autoria do Deputado Wilson Leite Passos (PPB-RJ), o projeto de lei 2118/96, que autoriza a recusa, por parte dos profissionais da área médica, à prática do abortamento. Em verdade, este tipo de escusa por razão de consciência já está prevista no Código de Ética Médica.

continuação...

à saúde. Os métodos contraceptivos são oferecidos gratuita e continuamente às usuárias dos serviços, garantindo o preceito constitucional de acesso ao planejamento familiar.

Esta oferta de serviços permite reduzir a ocorrência de gestações indesejadas, porém mesmo supondo uma cobertura hipotética de toda a população, ainda assim elas ocorreriam. Esta é a experiência de outros países, que optaram por legalizar o aborto no sentido de prevenir a morbidade e a mortalidade decorrente do procedimento ilegal, realizado em péssimas condições técnicas sem supervisão das autoridades de saúde e sob incriminação. Diversos estudos posteriores à legalização nestes países demonstram uma redução nos índices de morte materna. Nos EUA, por exemplo, a redução na mortalidade foi de 4,1 a 0,8 para cada 100.000 abortos legais praticados no período de 1972-82 (Atrash & cols, 1987 *in* Faúndes e Cecatti, 1991).

Diante da restrição colocada pela legislação brasileira que só permite o aborto dito terapêutico (em casos de risco de vida para a mãe) e diante de gravidez decorrente de estupro, cabe atualmente, aos gestores garantir o acesso ao aborto legal. No caso do município do Rio de Janeiro, esta lei foi regulamentada em 1987 (Lei nº 1024 de 28 de julho), estabelecendo a obrigatoriedade à rede municipal de serviços de saúde do atendimento médico para a prática do aborto nos casos previstos em lei. Este avanço foi fruto de gestão do então Prefeito Saturnino Braga, a qual contou com grande participação do movimento social, inclusive do movimento de mulheres.

Apesar da regulamentação, poucos casos têm sido encaminhados ao Instituto Municipal da Mulher Fernando Magalhães, definido como serviço de referência para atendimento ao aborto legal. Nos

casos que chegam à maternidade decorrentes de atos violentos, verifica-se um longo processo, iniciando com uma queixa na delegacia (de mulheres ou comum), continua no IML para exames de corpo delito e permanece interminavelmente caminhando do Ministério Público à delegacia. Neste transcorrer, a mulher sequer recebe a informação de que em caso de gravidez (o que não é incomum) poderá legalmente recorrer ao aborto. Vale salientar, que as etapas criminais não são obrigatórias, tendo sido indevidamente incorporadas às rotinas dos serviços, no intuito de resguardar o médico.

O atendimento às seqüelas do aborto é realizado nas maternidades públicas em geral, que materializam a relação de nascer e morrer, onde os bebês nascem e onde as mulheres buscam atendimento para complicações de um aborto realizado precariamente na clandestinidade. Esta assistência representa 20 a 30% de todo o atendimento realizado pelas maternidades (8.000 internações/ano no Rio de Janeiro), e também, quarto item de despesa do SUS nacionalmente (300.000 AIHs).

É importante salientar que parte dos casos atendidos representam as complicações de abortamento realizados pelas mulheres mais pobres, que não têm acesso ao aborto realizado clandestinamente por médicos e portanto pagos. Sabe-se que os diversos métodos utilizados por estas mulheres para interromper a gravidez não desejada estão sujeitos a complicações, porém apenas os casos mais graves ocasionam internações, ou seja, as internações representam apenas uma pequena parcela, provavelmente a mais visível e grave, desta realidade.

Soma-se a este quadro, as inúmeras dificuldades para trabalhar a questão do aborto nas unidades públicas de saúde. Preconceitos, inseguranças, desconfianças, valores morais e religiosos para citar algu-



mujer/fempress nº 130

mas. A resistência é tão grande que mesmo em casos de risco de vida da mãe, a decisão do aborto é protelada, conduzindo gestantes a um óbito perfeitamente passível de prevenção. A pouca consciência coletiva dos riscos do aborto clandestino para a saúde das mulheres e para o conjunto da sociedade, reforça as condutas desumanizadas e discriminadoras com as pacientes. O local de cuidar e apoiar em um momento de fragilidade, furta-se do seu papel e contribui para aumentar a culpa das mulheres, já vitimadas pelo conflito de uma gravidez indesejada.

Garantir o acesso e serviços de contracepção que zelem pela qualidade do atendimento e à realização do aborto legal, é atualmente a tarefa que cabe aos gestores comprometidos com a saúde da mulher. Mas somente a necessária compreensão do aborto como um problema de saúde pública, por parte de toda sociedade, permitirá a revisão de uma lei que mata, discriminadamente, as mulheres mais pobres, sem recursos para pagar pela clandestinidade "segura", alimentada pela lei.

* Médica de Saúde Pública e Assessora da Superintendência de Saúde Coletiva da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

** Médica de Saúde Pública e Superintendente de Saúde Coletiva da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro.

Mulheres na disputa

Há dois meses das eleições municipais que elegerão os novos prefeitos político. Entre as 110 mil mulheres candidatas que devem concorrer às eleições Congresso Nacional, já se empenham para defender as questões l

Entre as deputadas, candidatas à prefeita, estão a petista Telma de Souza, que concorre à prefeitura de Santos; Rita Camata (PMDB), candidata em Vitória; Yeda Crusis (PSDB), em Porto Alegre; Fátima Pelaes (PSDB), em Macapá, Elcione Barbalho (PMDB), em Belém. As deputadas Maria Valadão (PMDB) e Ana Júlia (PT) são candidatas a vice-prefeitas, respectivamente, em Goiânia e Belém. A senadora Júnia Marise (PMDB) disputa a prefeitura de Belo Horizonte.

Como integrantes da bancada feminina no Congresso Nacional, familiarizadas com a elaboração e defesa de projetos de interesse do movimento organizado de mulheres, essas parlamentares incluíram em seus programas de campanha vários temas ligados aos direitos das mulheres. Caso sejam eleitas, pretendem continuar lutando para aprovar projetos em tramitação no Congresso Nacional que representam avanços significativos para o movimento de mulheres.

Uma das prioridades da bancada feminina e, conseqüentemente, das deputadas candidatas às eleições municipais, é a inclusão no Código Eleitoral da quota mínima de participação das mulheres nas listas de candidatos dos partidos políticos, tornando a medida válida para todas as eleições proporcionais. O percentual mínimo de 20% de mulheres nas chapas eleitorais, determinado pela Lei 9.100/95, só é válido para as eleições desse ano.

Dois projetos estão em tramitação no Congresso Nacional, o PL 783/95, da deputada Marta Suplicy (PT-SP), que fixa a cota em 30%, e o PL 322/95, da senadora Júnia Marise (PDT-MG), que mantém o percentual em 20%. A participação política da mulher no âmbito municipal tem crescido sistematicamente desde 1972, principalmente no Nordeste e no Sudeste. Em 1976, somente 58 mulheres eram prefeitas. Em 1990, foram eleitas 107 prefeitas.

Outro objetivo das parlamentares candidatas é pressionar o Congresso Nacional para que sejam apreciados, ainda este ano, os vetos presidenciais ao artigos do projeto de lei sobre planejamento familiar que tratam da esterilização de homens e mulheres por intermédio do Sistema Único de Saúde. O projeto estabelece condições para que o homem e a mulher possam, voluntariamente, decidir se querem fazer esterilização. Desde fevereiro deste ano, o movimento organizado de mulheres e a bancada feminina têm se empenhado junto ao presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, e ao presidente do Congresso Nacional, José Sarney, para agilizar a apreciação dos vetos.



Bancada lança cartilha

No dia 10 de julho, a Bancada Feminina no Congresso Nacional, dirigida às candidatas à vereadora nas próximas eleições municipais, e os Conselhos dos Direitos da Mulher deverão estar disponíveis. A ECT assegurou a distribuição gratuita da Cartilha.

Todos os dias "A Voz do Brasil" dispõe de até 5 minutos para as parlamentares divulgarem a *Campanha Mulheres em Medo do F*

Também já está sendo produzida uma fita sobre a *Cartilha* do projeto, de iniciativa da Bancada Feminina, está sendo desenvolvido no Canadá. Serão 38 minutos de gravação, divididos em 5 blocos: 1º Bloco - representação política das mulheres nas Câmaras Municipais; 2º Bloco - democracia (10 minutos); 3º Bloco - dicas para campanha e como lidar com o papel das vereadoras (10 minutos); 4º Bloco - como perceber e atender aos interesses da comunidade e contribuam para a promoção da mulher (10 minutos); e 5º Bloco - apresentação de *jingle* sobre a importância da mulher (3 minutos).

ta dos municípios

os e vereadores, as mulheres se mobilizam para ocupar espaço no cenário
ções de 3 de outubro, estão sete deputadas federais e uma senadora que, no
ligadas aos direitos das mulheres, e agora vão tentar a reeleição.



lha para candidatas

Nacional, lançou a Cartilha "Mulheres Sem Medo do Poder",
cipais. As candidatas, os Fóruns e Articulações Estaduais de
r recebendo a publicação nos próximos dias, pelo Correio - a

utos do tempo destinado à Câmara dos Deputados, para as
Poder. Em breve, a TV Senado deverá estar fazendo o mesmo.
npanha, para ser distribuída a 500 rádios de todo o país. O
olvido com a colaboração do CFEMEA e o apoio do Fundo
1º Bloco - subsídios com relação à importância do aumento da
e nos Executivos locais, para fortalecimento do processo
comunicação (5 minutos); 3º Bloco - competência dos municípios
os problemas e elaborar propostas de campanha que atendam
gualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens
ância das mulheres nas eleições e nos centros de decisão, que

Programa de Governo - Mas, o principal objetivo dessas deputadas como candidatas nas eleições de outubro é implementar programas voltados às mulheres, nas cidades onde disputam o pleito eleitoral. Várias propostas já foram incluídas nos programas de campanha de cada candidata.

A deputada Yeda Crusis (PSDB-RS) destaca como prioridade a implantação de um Centro de Atendimento Especializado à Mulher, na área de saúde, funcionando ininterruptamente. Esse projeto será implantado em um ponto específico de Porto Alegre, cidade onde a deputada disputa a prefeitura. Outra proposta é priorizar as mulheres chefes-de-família no programa de habitação popular, e dar apoio ao trabalho da mulher com a implantação de micro-empresas, como forma de geração de renda para a família. A deputada também quer municipalizar o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Um projeto considerado prioritário pelo movimento de mulheres, a casa-abrigo, é uma das propostas da candidata à prefeitura de Santos, deputada Telma de Souza (PT-SP). Esse projeto é destinado especificamente às mulheres vítimas de violência. Telma de Souza, se eleita, incentivará a criação de cooperativas de mulheres na área de trabalho e vai garantir recursos para manter o hospital-maternidade já em funcionamento na cidade. A candidata quer fortalecer a Coordenadoria Especial da Mulher, criada pelo atual prefeito, que presta assessoria jurídica e psicológica às mulheres vítimas de violência.

Para a deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), a violência contra a mulher deve ser combatida com a criação de Delegacias da Mulher, que já existe em Belém. Já a candidata à prefeitura de Vitória, deputada Rita Camata (PMDB-ES) quer firmar convênios entre a prefeitura e a universidade para prestar assessoria jurídica às mulheres vítimas de violência. Outra proposta da candidata é implantar o programa de renda mínima para fixar crianças nas escolas, principalmente quando a mulher for chefe-de-família.

Rita Camata também quer garantir o atendimento integral à saúde da mulher na rede pública de saúde. A senadora Júnia Marise (PMDB-RS), se eleita prefeita de Belo Horizonte, pretende criar o Hospital da Mulher, onde será implantado o atendimento às mulheres vítimas de câncer de mama. O programa de governo da senadora prevê ainda a criação do Centro de Incentivo à Mulher Empresária, que dará apoio às produções de fundo-de-quintal que são uma fonte-de-renda extra para a família.

Prefeitas e Vereadoras

Ana Alice Alcântara Costa *

Segundo o Censo de 1991, existiam naquele momento 4.491 municípios no Brasil, sendo que 89,6% deles possuíam uma população igual ou menor a 50 mil habitantes. Somente 10,4% do total dos municípios brasileiros podiam ser classificados como de grande porte, isto é, com populações superiores a um milhão de habitantes, concentrando aí a maior parte da população do país e os maiores índices de crescimento demográfico.

Nas eleições municipais de 1992 foram eleitos, portanto, 4.491 prefeitos em todo o país. Destes, somente 178 eram mulheres, isto é 3,9% do total. Um número irrelevante para a totalidade do país, mas que em termos percentuais representou um crescimento significativo em relação às eleições anteriores: em 1958 as mulheres eram 0,2% dos prefeitos brasileiros, nas eleições de 1972 este percentual passou a ser de 1,2% e em 1988 o número já estava em torno de 2,4%.

No que se refere ao legislativo municipal, tem sido difícil estabelecer com exatidão um número nacional, em função da inexistência de dados centralizados ou estatísticas globais por parte de TSE. Junta-se a essa situação a existência de uma grande quantidade de nomes comuns aos dois gêneros e que demandaria uma checagem direta e individualizada nos cadastros eleitorais do TRE em cada Estado.

Segundo estimativa do IBAM, tomando por base o tamanho dos municípios, a composição média das Câmaras Municipais é de 13 vereadores. Com base neste dado este Instituto aponta o número aproximado de 53.482 vereadores eleitos em 1992.

Por outro lado, um estudo realizado por Fanny Tabak em 1982 apontava a existência de 1.672 vereadoras eleitas no país, o que, com base nos dados do IBAM representa 3% do total de vereadores. Estes mesmos percentuais se manteriam para os anos de 1988 e 1992. De qualquer modo este número pode estar subestimado se tomamos o exemplo da Bahia onde o percentual de mulheres vereadoras passou de 4,3% em 1972 para 10,5% em 1992.

A nível geral não existe uma

relação direta entre o tamanho de município e a eleição de prefeitas e vereadoras, já que mulheres foram eleitas em pequenos municípios e mesmo nas grandes capitais, este é o exemplo das prefeitas Luiza Erundina, em São Paulo, Maria Luíza Fontenelle, em Fortaleza e Lídice da Matta, em Salvador.

Também em relação à composição do eleitorado não se detectou uma supremacia feminina nos municípios que elegeram mulheres, mantendo-se ali a tendência geral do país de uma ligeira supremacia no tamanho da população masculina sobre a feminina.

A tendência que merece registro é a maior concentração de mulheres eleitas para as prefeituras no Nordeste. Eva Blay, em vários estudos sobre o poder local, aponta a supremacia do número de mulheres eleitas na região nordeste em relação ao resto do país. Nas eleições de 1958, quatro das 5 prefeitas eram do Nordeste, em 1976 o percentual de concentração nesta região era de 71,4% e em 1988 e 1992 este percentual estava em torno de 65,4%. Predominando assim as mulheres eleitas nas regiões agrárias e comerciais, com menor nível de desenvolvimento econômico e educacional.

Acredito que esses dados refletem exatamente a força da estrutura de dominação patriarcal existente ainda no nordeste onde a grande maioria destas mulheres faz parte de uma estratégia de conservação e manutenção de um poder oligárquico e que elas são chamadas a participar nas estruturas do poder formal para garantir a continuidade desse controle e sempre que os interesses do grupo político/familiar ao qual pertence estão em risco.

Para elas, a atividade política é mais uma tarefa a ser cumprida dentro da família e só uma atividade a mais entre as tradicionais que formam parte do seu cotidiano doméstico. Não é por mera coincidência que um número significativo delas jamais teve algum tipo de experiência política e/ou profissional antes de candidatar-se pela primeira vez.

Na realidade, dentro da estrutura política brasileira, o papel da mulher tem sido de "força auxiliar" nos momentos de crises, conflitos ou reestruturação do poder local. Nos

momentos de "tranquilidade" seu papel tem sido de adorno.

Em um estudo realizado entre as prefeitas e vereadoras eleitas na Bahia se constatou que a grande maioria pertence a uma família de políticos tradicionais. No caso das prefeitas participantes da amostra todas tinham familiares que exerciam ou exerceram alguma função no legislativo ou executivo. Os maridos de 62,5% delas já haviam sido prefeitos no mesmo município; o pai de 50% havia exercido a mesma função anteriormente. Uma prefeita tinha o pai, o avô e o bisavô que haviam sido prefeitos em vários mandatos.

Porém esta não é uma prática exclusiva das mulheres, é um costume que se arrasta através da história brasileira. O controle do poder local é a garantia não só da manutenção de uma base eleitoral, instrumento valioso nas negociações das regalias, cargos, recursos financeiros a nível estadual e federal, é fundamentalmente, a manutenção do controle privado sobre o aparelho e os recursos públicos dos municípios.

No Nordeste, como no resto do país, a situação política das mulheres no poder formal, em especial no município, reflete exatamente a dinâmica política dominante.

Apesar deste quadro de dominação e controle no qual está submetida a maioria destas mulheres, elas começam a dar mostras de significativas transformações a nível de mentalidade, compromissos e prática política. A possibilidade do exercício de uma atividade pública trouxe para muitas delas a consciência de suas possibilidades e potencialidade e de um novo mundo a descobrir. Uma consciência que se bem está dando seus primeiros passos, já vislumbra a possibilidade de grandes mudanças.

Porém, não se pode deixar de registrar aqui o crescente número de mulheres que iniciam sua militância política nos movimentos populares, nas lutas sindicais e que estão atuando na política formal de modo sério, competente e comprometido com os anseios da população.

* Ana Alice Alcântara da Costa é cientista política e integra o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, da Universidade Federal da Bahia.

A cara do poder está mudando

Nem tudo é tragédia, apesar deste esquema de dominação e mesmo através dele, é cada vez maior o número de mulheres enfrentando a vida política e inevitavelmente, transformando o "fazer político" rompendo com antigos estereótipos que as mantinham afastada da estrutura formal de poder. Comprometidas com os interesses sociais, com as demandas do movimento popular e especialmente do movimento de mulheres, com uma nova forma de fazer política, estas mulheres estão mudando a cara do poder.

A nível geral, pode-se dizer que no Brasil existem quatro perfis básicos de mulheres que atuam no poder formal:

- **a militante** - iniciou sua carreira política através da militância estudantil, sindical, nos movimentos populares. Seu ingresso no partido se deu como uma espécie de caminho natural. Foi eleita graças ao apoio do setor onde sempre militou e nos interesses do qual centrará sua atividade legislativa.

- **produto da mídia** - este não é um tipo muito comum, mas quando acontece é quase sempre como resultado de anos de trabalho em algum programa de rádio ou televisão (quase sempre para um público feminino). A mulher que consegue chegar ao poder formal através da construção de um marketing político não se constituiria em um produto da mídia, ela é de fato um produto da família ou do grupo político, ela é a esposa, a filha.

- **profissionais** - mulheres que em função do seu desempenho profissional adquirem prestígio suficiente para serem eleitas. Este é o caso das professoras, parteiras, enfermeiras etc, que nas pequenas cidades são eleitas como forma de reconhecimento por sua atuação. Geralmente estas mulheres são cooptadas pelos grupos dominantes sempre atentos para atrair novos personagens que possam contribuir para a sustentação de sua rede de poder.

- **a familiar** - é o tipo mais corrente de mulheres políticas no país, geralmente são eleitas em função de "currais eleitorais" mantidos pelas famílias e de alianças entre grupos oligárquicos. Este tipo de perfil tem sua maior força no Nordeste e principalmente nos pequenos e médios municípios, onde merece um destaque especial o papel das "esposas". Pode-se dizer que esta é a característica de maior frequência entre as mulheres eleitas nesta região para as prefeituras e câmaras municipais.

Rumo ao futuro

Organizações não-governamentais de toda a América Latina e Caribe estiveram reunidas na cidade de Mérida, no México, para discutir a implementação da Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher.

Shuma Shumaker representou a Articulação de Mulheres Brasileiras no encontro, que também contou com a participação de ONG's do México, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Guatemala, El Salvador, Trinidad e Tobago, Argentina, Uruguay, Chile, Brasil, Paraguay, Bolívia, Colômbia, Peru, Equador, Venezuela e outros.

O encontro foi promovido pela

Cooperative Housing Foundation e reuniu todos os países da América Latina que receberam recursos da USAID no processo preparatório à IV Conferência Mundial da Mulher. O Brasil e o Caribe, que não se incluem neste critério, participaram na condição de convidados especiais, já que o intuito era socializar a experiência latino-americana e caribenha.

A coordenadora de ONG's da América Latina e do Caribe, Gina Vargas, abrindo os debates, enfatizou a urgência de definir claramente uma agenda feminista pós-Beijing.

Gina Vargas, centrou sua fala na questão da autonomia do movimento de mulheres. A visibilidade política e social adquirida pelo movimento nos últimos dez anos - período durante o qual a relação do movimento com o Estado sofreu mudanças significativas, indo da confrontação (durante às ditaduras militares) à negociação - tornou bem mais complexa a prática política autônoma. "Ela vai além de defender espaços políticos próprios ou princípios originários, para focar-se na necessidade de se ter um perfil claro, próprio, como força reconhecida e valorizada, a partir de uma perspectiva bem definida do que se quer alcançar e das

negociações e alianças necessárias para tanto", afirmou Gina.

Ela também considerou que o movimento, mais do que reagir as propostas governamentais, deve avançar para uma postura política de "autonomia dialogante e propositiva" frente aos espaços oficiais, nacionais e internacionais. As proposições do movimento, destacou Gina, devem ser acompanhadas de uma avaliação sobre em que aspectos temos maior experiência acumulada, capacidade de defesa de argumentos, quais são aqueles que têm maiores possibilidades de suscitar alianças, coalizões, apoios de diferentes setores da sociedade, e que têm, desta maneira,

possibilidade de converter-se em propostas concretas, em políticas públicas que beneficiem ao conjunto das mulheres ou a setores significativos para elas.

Ao reconhecer que os principais entraves continuam sendo a representação, as lideranças, quem as visibiliza e quem as afirma-se nós mesmas ou o sistema po-

lítico imperante - a Coordenadora de ONG's da América Latina concluiu dizendo que é necessário fazer avançar a radicalidade da proposta feminista, no aqui e agora, mas também, dentro de uma estratégia de longo prazo.

Gina Vargas avalia que a Plataforma de Ação Mundial (PAM) aprovada em Beijing'95 é uma ferramenta política excelente e, em relação aos temas mais radicais que ficaram fora da PAM, ela afirma "ganhamos, porque o simples fato de termos proposto, pressionado e incluído-os pela primeira vez no centro do debate intergovernamental já representou um avanço significativo.

Concluída a exposição de Gina Vargas, cada Coordenação Regional (México, América Central, Cone Sul, Região Andina e Brasil) apresentou um relato sobre os desdobramentos de Beijing'95 em suas regiões, tanto ao nível governamental como do movimento de mulheres.



mujer/tempress nº 163

Mercosul na mira das mulheres

Uma boa parte da reunião de ONG's das latino-americanas foi dedicada às articulações regionais. Representantes de ONG's dos países do Cone Sul e Brasil aproveitaram a oportunidade para discutir a participação das mulheres no debate sobre o Mercosul, uma vez que as feministas estão longe de uma reflexão mais aprofundada sobre essa integração, e de que é necessário haver o controle de cidadania sobre os acordos firmados na IV Conferência Mundial da Mulher.

A proposta é que este controle se dê no espaço supra-nacional, na medida que o Mercosul aglutina nossos países sobre a base de acordos comerciais que necessariamente terão um efeito duplo: por um lado impactos sobre a população e particularmente sobre as mulheres da região (divisão regional do trabalho, acentuação de processos de reconversão produtiva, etc) e impactos ao nível político, particularmente na busca de mecanismos de aprofundamento da democracia.

A fundamentação da base regional para levar adiante o controle cidadão sobre a implementação da Plataforma de Ação Mundial (PAM) aprovada em Beijing'95, ademais, está enraizada em experiências políticas comuns (ditaduras militares), concepções dos Estados nacionais semelhantes e democracias débeis, por um lado, e por outro com experiências e graus de influência do feminismo relativamente afins, como bem demonstrou o processo para Beijing'95.

O estabelecimento de acordos comerciais supõe a futura geração de outros acordos em matéria legislativa, educativa, cultural etc., em um contexto onde não existem os mecanismos para avançar nestas matérias extra-econômicas e comerciais.

O Fórum Social do Mercosul, onde aparecem atores como os empresários e os trabalhadores, nos deixa aberta a possibilidade para ingressar nestes espaços com as propostas das mulheres, razão pela qual as representantes de ONG's presentes à reunião concluíram que é pertinente preparar o terreno e as estratégias para a atuação ao nível regional.

A meta política do exercício do controle cidadão sobre a PAM ao nível do espaço supra-nacional concebe um conjunto de estratégias articuladas para alcançar um desenho semelhante ao conseguido pelas mulheres na Comunidade Econômica Européia. Neste sentido, um dos primeiros passos seria a análise

comparativa dos avanços e entraves enfrentados em cada país, para que conhecendo as diversas realidades nacionais se obtenha mais elementos para uma negociação regional e, conseqüentemente, abrindo caminho para as mulheres desempenhar um papel político neste contexto.

Estratégias - Uma das principais estratégias definidas neste encontro foi o estabelecimento de um índice para avaliar em que medida os compromissos assumidos pelos países em Beijing'95 estão sendo cumpridos. O novo indicador já tem até sigla, é o ICC - Índice de Compromisso Cumprido.

É portanto, um instrumento de controle cidadão da implementação da PAM, tanto ao nível nacional quanto regional, que permitiria inclusive análises comparativas e que poderia abrir e fortalecer espaços de negociação em cada país. As representantes da Argentina e do Chile ficaram encarregadas de elaborar uma proposta de indicadores comuns a serem trabalhados pelos outros países.

Na reunião também ficou definida uma campanha nacional/regional, no dia 8 de setembro - 1 ano após Beijing - em todos os países da América Latina e Caribe, de impacto político e de aplicação do ICC, que nada mais é do que avaliar as ações nacionais impulsionadas pelo Governos e/ou movimento social com vistas à implementação da PAM.

Viabilizar a circulação da informação entre as organizações de mulheres latino-americanas e caribenhas foi um dos aspectos considerados importantes pelas participantes da reunião, e para o qual se necessita suporte.

Uma nova reunião já está pre-

vista para Novembro, em Lima, no Peru, da qual deverão participar duas representantes por sub-região. Nesta oportunidade, também deverá estar pronto um estudo dos casos brasileiro e chileno referentes aos organismos governamentais que tratam dos direitos das mulheres, o qual servirá de insumo para a reunião de novembro.

As representantes do México, Peru e Chile comprometeram-se com a elaboração de uma proposta de agenda radical e viável, a ser apresentada nesta próxima reunião.

Também se verificou a necessidade de mapear as semelhanças e diferenças em cada país com relação aos movimentos sociais, ao Estado (Legislativo e Executivo), e quanto aos espaços de negociação sociedade civil-Estado.

As participantes do encontro concluíram ser inadiável a elaboração de uma agenda e de propostas concretas dentro da qual possam conceber-se iniciativas de fortalecimento da sociedade civil, campanhas, ampliação dos espaços de interlocução, e grupos de apoio parlamentar ao nível nacional e regional.

Para levar adiante estas estratégias é necessário repensar a estrutura da articulação regional das mulheres da América Latina e do Caribe, concebida para o processo preparatório da IV Conferência Mundial da Mulher, e que nesta nova etapa teria que ser reformulada para atender as exigências de maior profundidade na análise, elaboração de uma agenda comum e a aplicação de um instrumento como o ICC. A aplicação do ICC se concebe como o primeiro passo desta estratégia, a um ano de Beijing'95.

Agenda Articulação

- | | |
|------------|---|
| 05 a 07/07 | - Reunião do Grupo de Trabalho do Eixo Temático Violência, em Maceió. |
| 27 a 28/07 | - Reunião do Grupo de Trabalho do Eixo temático Raça e Etnia, no Rio de Janeiro. |
| 09 a 11/08 | - Reunião do Grupo de Trabalho Eixo Temático Saúde, em Pirenópolis, GO. |
| Agosto | - No Espírito Santo: um ano pós-Beijing'95.
- divulgação dos resultados da pesquisa sobre ética nas eleições (parceria Centro de Informação Mulher - CIM e Fórum Paulista Mulher e Poder). |
| Setembro | - Apresentação e divulgação das propostas de trabalho sobre cada eixo temático, elaborada pelos GT's. |
| Novembro | - Reunião do Comitê Nacional da AMB, em Recife.
- Reunião das Coordenações Sub-Regionais da América Latina e do Caribe, em Lima, Peru. |
| 25/11 | - Mobilização Nacional no Dia Latino Americano e Caribenho de Combate à Violência contra a Mulher. |

Gênero On-Line

Monitorando Beijing no Cyberespaço*

MULHERES NEGRAS

De 13 a 16 de junho realizou-se em Guayaquil, no Equador, o II Seminário Internacional Mulher Negra e Direitos Humanos, organizado pela Fundação para a Cultura Negra Equatoriana (FCUNE). O Seminário teve como objetivo buscar estratégias de comunicação e articulação para lutar contra a discriminação de gênero, raça e classe; criar laços de solidariedade entre organizações de mulheres afroamericanas em resposta a violação de seus direitos humanos, desenhar ações conjuntas para garantir a vigência de seus direitos humanos e atuar junto aos órgãos internacionais encarregados destas questões. Representantes de organizações de diversos países das três Américas e uma ampla representação de organizações de base do Equador.

Ao final do Encontro foi elaborada uma agenda de ações que as organizações de mulheres afro-latino-americanas se propõem a trabalhar coletivamente. Esta contempla tanto o desenvolvimento dos processos organizativos nacionais e continentais até a formulação de estratégias e linhas de ação para se buscar a implementação de instrumentos internacionais, entre os quais, a Plataforma de Beijing.

(Fonte: Agência Latino-americana de Informacion (ALAI) - info@alai.ecx.ec)

BOLÍVIA AVALIA

De 4 a 6 de julho acontece em Cochabamba um Encontro Nacional, promovido pelo Comitê de Enlace Nacional. Será uma reunião de planejamento do monitoramento da implementação da Plataforma de Ação na Bolívia. O evento faz parte de um amplo processo de debate e construção de estratégias que vem sendo desenvolvido na Bolívia desde o final do ano passado.

As bolivianas fizeram um acordo com o governo, através da Subsecretaria de Assuntos de Gênero, para coordenar um projeto que possibilite a continuidade e acompanhamento da implementação das recomendações assinadas em Beijing. (Fonte: Area Mujeres - ALAI - mujeres@alai.ecx.ec)

Um ano depois...

O Departamento de Informações Públicas da ONU (DPI/ONU) está programando um evento especial para marcar o primeiro aniversário da IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em setembro passado em Beijing (China).

A ONU está convidando as ONGs para participar da comemoração que vai acontecer no dia 9 de setembro próximo. Embora o comunicado do International Womens Tribune Center não deixe claro, tudo indica que a festa será na sede das Nações Unidas, em Washington.

A programação inclui uma mostra audiovisual enfocando Beijing - vídeos e filmes, que acontecerá pela manhã (10:00 h - 12:30 h) e um seminário à tarde sobre ações que vem sendo desenvolvidas nos diversos países e questões acerca da implementação da Plataforma de Ação de Beijing.

A convite da Secretaria Geral da ONU, estarão lado a lado na mesa de debates lideranças de ONGs de mulheres que estiveram a frente do planejamento e preparação para Beijing, diretoras de agências do Sistema ONU e mulheres que exercem papéis-chave no Governo norte-americano.

Quem desejar maiores informações pode contactar Hasan Ferdous, UN/DPI, United Nations, Room S-1005, New York, NY 10017 - Tel.: (1-212)963-6555 - Fax: (1-212) 963-4556.

(Fonte: International Womens Tribune Center - itwc@igc.apc.org)

(*) Um serviço de Informações do Projeto Gênero on Line - Redação Márcia Laranjeira - Contatos: SOS CORPO - Fone: (081) 423-3044 - Fax: (081) 423-3180 - E-mail: soscorpo@ax.apc.org - Apoio: The Global Fund for Women.

A C O N T E C E

Dia da Mulher Negra

O Movimento Negro Unificado do Distrito Federal promoveu no dia 25 de julho o debate "Mulheres Negras, lutas e perspectivas", no foyer do Teatro Nacional, em Brasília, comemorando o Dia Internacional das Mulheres Afro-latinas e Caribenhas. O evento, coordenado pela Delegada da Rede Nacional de Mulheres Afro-latinas e caribenhas, em Brasília, Lucimar Alves Martins, contou com a participação das palestrantes Dra. Vera Lúcia Araújo (que discorreu sobre as dificuldades

de aplicação da Lei nº 7.716/89, que incrimina o racismo), Jacira Silva, Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Brasília e Coordenadora do Movimento Negro Unificado do DF e Ana Angélica, uma das coordenadoras daquela Rede, no Brasil.

O Dia Internacional das Mulheres Afro-latinas e Caribenhas foi instituído em 1993, durante o 1º Encontro de Mulheres Negras Latino-americanas e do Caribe, em Santo Domingo, República Dominicana.

Fórum realiza Seminário

No último dia 7 de julho, o Fórum de Mulheres de Salvador reuniu mais de 50 mulheres num seminário sobre o seu papel político na sociedade. Durante todo o dia, em plenárias e grupos, as participantes discutiram as finanças e a comunicação no Fórum, formação, educação e saúde, violência, e a campanha Mulheres Sem Medo do Poder. A participação da mulher nas eleições, seja como candidata ou como eleitora, foi o tema que gerou maior debate.

O Fórum de Mulheres de Salvador reúne-se mensalmente. Em agosto, estará realizando um debate com todas as candidatas mulheres da cidade e, em plenária deverá definir a sua posição quanto a estas candidaturas.

As participantes do Seminário concluíram que o Fórum saiu fortalecido deste encontro, com vontade e disposição para aprofundar cada vez mais a participação da mulher em todas as esferas da sociedade e instâncias de poder.

GT Violência reuniu-se em Maceió

O Grupo de Trabalho que trata da violência contra a mulher, da Articulação de Mulheres Brasileiras esteve reunido em Maceió, nos dias 5, 6 e 7 de julho. O Fórum de Entidades Autônomas de Mulheres de Alagoas foi o responsável pela organização do encontro, que reuniu representantes dos fóruns do Rio Grande do Norte, Ceará, Espírito Santo, Alagoas e Salvador. Estes dois últimos ficaram encarregados da elaboração de um relatório final, que estará sendo encaminhando aos demais fóruns até o final de agosto. As participantes avaliaram que a reunião foi muito produtiva.

Tráfico de Mulheres

A falta de informações sobre o tráfico de mulheres para países do Primeiro Mundo tem levado muitas brasileiras a se tornarem objetos de cama e mesa na Europa. Para se ter uma idéia, em fevereiro de 1993, cerca de 100 trabalhadoras do sexo presas em Portugal eram procedentes do Brasil. Soma-se a isso a estimativa de que 40% das dançarinas de cabarés na Suíça são brasileiras, representando mais de 4.000 mulheres vivendo ilegalmente naquele país.

Desde junho de 1994, o NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da UFBA vem desenvolvendo, com assessoria do FTZ, o Projeto CHAME (Centro Humanitário de Apoio à Mulher) que tem por objetivo a prevenção ao tráfico internacional de mulheres.

O trabalho é a versão brasileira do projeto concebido na Suíça pelo FTZ, organização voltada para a orientação de migrantes atingidas por diferentes formas de exploração e violência.

Grupos-alvo - A partir de uma campanha de sensibilização e conscientização de vítimas potenciais do tráfico, desenvolvida em parceria com organizações de base, o projeto atinge a meninas e mulheres de várias classes sociais do Estado da Bahia, bem como de todo o Nordeste, levando a realidade do tráfico e da prostituição feminina à escolas, universidades, associações de bairros, grupos de mulheres e jovens. Faz parte do trabalho a integração internacional para se estabelecer a troca de informações com organizações de mulheres na Europa e informar migrantes sobre o assunto.

70718-900 - Brasília - DF
SCN Qd. 06 Bl. A S/602 - Ed. Venâncio 3000
Assessoria
CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e

Fêmea
IMPRESSO